

Governo apóia emenda que favorece Quércia

Proposta de deputado permite a candidatura de governadores até o dia 15 de agosto

MARY ZAIDAN

BRASÍLIA — Mais de cem parlamentares já subscreveram a emenda constitucional do deputado Ottomar Pinto (PMDB-RR) que reduz, de seis para três meses, o prazo de desincompatibilização dos governadores para poderem disputar a Presidência da República. Trata-se de um primeiro passo no sentido de reabilitar a candidatura do governador de São Paulo, Orestes Quércia, único nome que setores do governo e os moderados do PMDB consideram capaz de aglutinar as forças de centro-direita e fazer frente ao ex-governador Fernando Collor de Mello (PRN). A emenda, se aprovada, possibilitará a Quércia registrar sua candidatura até 15 de agosto, pelo PMDB, desde que o presidente José Sarney leve adiante o projeto de anular a convenção do partido que homologou a chapa Ulysses-Waldir, vetando

dispositivo da nova lei eleitoral.

CASUÍSMO

Ottomar Pinto repudia as críticas de que sua emenda seja casuística. Mas admite que a idéia é manter a proposta engavetada para ser usada caso as candidaturas de Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL) não decoleem. "Nem o PMDB nem o PFL vão querer se expor a derrotas acachapantes", previu o deputado, certo de que os dois maiores partidos poderão se unir para possibilitar a ressurreição da candidatura do governador paulista.

A emenda é patrocinada pelos moderados do PMDB e tem como ponta-de-lança o ministro Carlos Sant'Anna, da Educação. Sant'Anna já telefonou a vários parlamentares, pedindo apoio para a proposta. Além de não ter candidato — como, de resto, o governo também não tem — o ministro sofre forte pressão regional contra a candidatura a vice na chapa do PMDB de seu adversário político Waldir Pires. O líder do governo na Câmara, deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), confirma que a

idéia agrada ao governo, aos moderados e aos quercistas do PMDB, que, desolados, hoje apóiam a candidatura Ulysses Guimarães.

MATÉRIA POLEMICA

Para ser aprovada, uma emenda constitucional precisa dos votos favoráveis de três quintos do Congresso, ou seja, de 342 parlamentares, o que torna pouco provável a aprovação de matéria tão polêmica. Ponte não vê nenhuma chance de aprovação no atual momento político, mas revela a expectativa de que a proposta ganhe corpo, se as candidaturas do PMDB e do PFL não se consolidarem nas ruas. "Acredito que possamos votá-la, e até aprová-la, caso o quadro se agrave", admitiu o líder do governo — a gravidade a que ele se refere é o desempenho do candidato do PRN.

O moderado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) acredita que a matéria possa ser posta em votação até o final de julho, quando os diagnósticos de todas as candidaturas estiverem mais definidos. "Na verdade, todos nós sabemos que hoje só Quércia pode vencer Collor", confessou o deputado.